



Empresas contestam obrigação de comunicar 'stocks' ao Fisco

Inventários O tempo é considerado curto e os custos elevados. Finanças relembram que medida é conhecida desde Outubro.

Paula Cravina de Sousa
paula.cravina@economico.pt

As empresas estão a contestar a nova obrigação de comunicar os seus inventários até ao final do mês. Consideram o prazo curto e, por outro lado, argumentam que o cumprimento da medida vai implicar custos elevados, sobretudo para as microempresas e para as PME, além de ser considerada uma duplicação de burocrática.

A Confederação de Comércio e Serviços de Portugal (CCP) está a ponderar pedir ao Governo um adiamento do prazo, uma acção que poderá vir a ser apoiada por todas as confederações.

O Ministério das Finanças recorda que a medida foi conhecida em Outubro quando o

Orçamento do Estado para 2015 foi apresentado e que as empresas já têm de fazer os inventários há alguns anos. Na passada terça-feira, foram mil as empresas que comunicaram os seus 'stocks', adiantaram as Finanças.

Os contribuintes - singulares ou colectivos - que tenham contabilidade organizada, estejam obrigadas à elaboração de um inventário e tenham um volume de negócios superior a 100 mil euros passaram a ter de comunicar os seus 'stocks' ao Fisco por via electrónica. Esta comunicação deve ser feita até ao final do mês seguinte ao fim do exercício económico, o que na maioria dos casos ocorre a 31 de Dezembro.

A medida foi anunciada pelo Executivo como mais uma forma

de combate à fraude e evasão fiscais para detectar mais rapidamente esquemas de subfacturação. Contudo, num comunicado conjunto, a Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de



A Confederação de Comércio e Serviços de Portugal, liderada por Vieira Lopes, está a ponderar pedir ao Governo um alargamento do prazo.

Portugal (AHRESP) e a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) defendem que a medida é uma "duplicação burocrática", já que "a demonstração de resultados das empresas já reporta a informação sobre os consumo", criando-se assim "mais um custo de contexto, incomportável para as micro e pequenas empresas". O bastonário da OTOC, Domingues de Azevedo, explicou ao Diário Económico que o tempo é curto: "As empresas que têm os inventários em papel vão ter de os transcrever para suporte informático e isso demora tempo e só a 6 de Janeiro é que a portaria com as regras de comunicação foi publicada em Diário da República".

A CCP junta-se a estes alertas. O presidente daquela confederação patronal, João Vieira Lopes,

afirma que "a CCP tem sido fortemente solicitada", uma vez que "as empresas levantam muitas preocupações relacionadas com o prazo e com os suportes informáticos", explicou.

O Ministério das Finanças relembra que "esta medida é conhecida desde o dia 15 de Outubro" e argumenta que depois ter sido aprovada no Parlamento, o Fisco "publicou logo a 4 de Dezembro um 'draft' de formato de ficheiro" através do qual os contribuintes terão de comunicar os 'stocks'. A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) explica que "a estrutura de ficheiro que foi aprovada é muito simples", é "gratuita e baseia-se em informação que todas as empresas com volume de negócios superior a 100 mil euros já hoje dispõem". ■